

Secretaria Regional da Agricultura e Florestas

Portaria n.º 8/2020 de 30 de janeiro de 2020

Considerando o Regulamento (UE) n.º 228/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 13 de março de 2013 que estabelece medidas específicas no domínio da agricultura a favor das regiões ultraperiféricas da União e revoga o regulamento (CE) n.º 247/2006 do Conselho;

Considerando o Regulamento Delegado (UE) n.º 179/2014, de 6 de novembro e o Regulamento de Execução (UE) n.º 180/2014, de 20 de fevereiro, ambos da Comissão que respetivamente complementa e estabelece normas de execução do Regulamento (UE) n.º 228/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 13 de março de 2013;

Considerando que o Subprograma para a Região Autónoma dos Açores do Programa Global de Portugal no âmbito do Regulamento (UE) n.º 228/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 13 de março de 2013 foi devidamente aprovado por Decisão da Comissão;

Considerando que, em conformidade com o artigo 40.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 180/2014 da Comissão de 20 de fevereiro de 2014, as alterações ao Programa POSEI de Portugal foram aprovadas a 5 de dezembro de 2019;

Considerando que estas alterações obrigam a adaptações da legislação existente, de forma a incorporar essas modificações;

Considerando a natureza e a extensão das alterações e de forma a garantir uma melhor perceção das normas aplicáveis procede-se à revogação da Portaria n.º 36/2019 de 22 de maio;

Assim, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 89.º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores e do disposto no artigo 2.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013 /A, de 2 de agosto, manda o Governo da Região Autónoma dos Açores, pelo Secretário Regional da Agricultura e Florestas o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

A presente portaria estabelece as regras de execução e atribuição da ajuda à armazenagem privada de queijos “Ilha” e “São Jorge”.

Artigo 2.º

Beneficiários

Podem beneficiar desta ajuda os agentes que armazenam queijos “Ilha” e “São Jorge” nos Açores e que apresentem uma candidatura e o respetivo Pedido de Pagamento, junto do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas (IAMA).

Artigo 3.º

Requisitos de elegibilidade

Os lotes de queijo a submeter à armazenagem têm que respeitar os seguintes requisitos:

- a) Terem no mínimo 45 ou 90 dias de fabrico, consoante se trate de queijo “Ilha” ou “São Jorge”;
- b) Serem constituídos por queijos identificados com uma marca individual e indelével;
- c) Serem constituídos no mínimo por 500 queijos;

d) Possuírem certificado de qualidade, emitido por entidade independente, no qual constem as análises comprovativas dos requisitos legais obrigatórios em termos de parâmetros microbiológicos.

Artigo 4.º

Candidatura

1. Entende-se por “Candidatura” o documento escrito em modelo próprio apresentado pelo beneficiário no IAMA, no qual se compromete a cumprir os requisitos de elegibilidade.

2. Na candidatura devem constar:

- a) Nome, identificação fiscal, morada e/ou sede social do beneficiário;
- b) Data do início do período de armazenagem do lote de queijo, ou seja, o dia seguinte ao dia de colocação do lote em armazém;
- c) Data mais recente do fabrico do queijo que constitui o lote;
- d) Número total e identificação individual dos queijos que constituem o lote;
- e) Tipo de queijo a armazenar (Ilha ou São Jorge) e ilha de produção;
- f) Localização e identificação do lote no armazém;
- g) Data prevista do fim de armazenagem.

3. A apresentação da candidatura deve ocorrer no prazo de 10 dias úteis anteriores à data indicada na alínea b) do número 2.

Artigo 5.º

Compromissos do beneficiário

1. São compromissos do beneficiário, manter:

- a) Registo de existências, onde sejam evidentes as entradas e saídas de queijo;
- b) O lote armazenado constituído no mínimo por 500 queijos e por um período mínimo de 60 dias e a uma temperatura igual ou inferior a 16º C;
- c) A composição do lote, conforme estabelecido na alínea d) do número 2 do artigo 4º.

2. Em situações devidamente justificadas, o IAMA pode autorizar a alteração da composição do lote, não havendo lugar à substituição em número de queijos.

Artigo 6.º

Pedido de Pagamento

1. Até 10 dias úteis após a data do fim do período de armazenagem, o beneficiário tem que apresentar, no IAMA:

- a) um pedido de pagamento para cada lote de queijo;
- b) o certificado de qualidade emitido pela entidade competente, conforme referido no número 4 do artigo 3.º.

2. A apresentação dos pedidos de ajuda após o termo do prazo definido no número 1, exceto em casos de força maior e circunstâncias excecionais, dá origem a uma redução de 1 %, por cada dia útil, do montante da ajuda a que o beneficiário teria direito se o pedido tivesse sido apresentado dentro do prazo.

3. Se o atraso for superior a 25 dias seguidos, o pedido não é admissível e não é atribuída ajuda ao beneficiário.

Artigo 7.º

Montante da ajuda

1.O montante da ajuda é de 0.05 euros por queijo produzido na ilha de São Jorge e 0.04 euros por queijo produzido nas restantes ilhas e por dia de armazenagem.

2.O período de armazenagem mínimo e máximo para efeitos de pagamento da ajuda é de 60 dias e de 120 dias, respetivamente.

3.Para determinação do período de armazenagem, a data inicial corresponde ao dia seguinte ao da colocação do lote em armazém e o final, ao dia anterior à desarmazenagem.

4.No caso de se verificar o previsto no número 2 do artigo 5.º, o montante da ajuda é determinado com base na quantidade inicial de queijos do lote submetido à armazenagem, deduzido da quantidade de queijos cuja redução foi autorizada previamente pelo IAMA.

Artigo 8.º

Comunicações obrigatórias

1.Os beneficiários comunicam ao IAMA, com uma antecedência de pelo menos 10 dias úteis, a data do fim do período da armazenagem.

2.No caso da desistência de candidaturas, os beneficiários comunicam por escrito, ao IAMA, sob pena de aplicação do previsto no artigo 10.º.

Artigo 9.º

Controlos

1.As candidaturas e pedidos de pagamento estão sujeitas a controlos administrativos e no local, nos termos do artigo 20.º do Regulamento (UE) n.º 228/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 13 de março e do artigo 22.º e seguintes do Regulamento de Execução (UE) N.º 180/2014, da Comissão de 20 de fevereiro.

2.Se o beneficiário ou o seu representante legal impedir uma ação de controlo no local, o pedido de ajuda é rejeitado.

Artigo 10.º

Sanções, reduções e exclusões da ajuda

1.Nos casos em que sejam verificadas diferenças entre o número de queijos declarados e o número de queijos controlados, com exceção da situação prevista no número 2 do artigo 5.º, são aplicadas as seguintes reduções:

a) Diferença igual ou inferior a 5%, a ajuda é calculada sobre o nº de queijos controlados, reduzida da diferença detetada;

b) Diferença superior a 5% e igual ou inferior a 25%, a ajuda é calculada sobre o nº de queijos controlados reduzida do dobro da diferença detetada;

c) Diferença superior a 25% a ajuda é recusada.

2. O incumprimento do disposto no artigo 3.º e alíneas a) e b) do número 1 do artigo 5.º, da presente portaria, é motivo de exclusão do pagamento da ajuda.

3. Se a comunicação de desistência da candidatura, ocorrer após o beneficiário ter sido informado da intenção da realização de um controlo ou, do conhecimento de qualquer irregularidade na mesma, é aplicada uma redução.

Por cada desistência é aplicado 1% de redução sobre todos os pedidos de pagamento com fim de armazenagem nesse ano civil.

Artigo 11.º

Pagamento da Ajuda e Limites orçamentais

1. Após verificação da elegibilidade da ajuda e uma vez determinado o seu montante, o pagamento será efetuado a título de um determinado ano civil, até 30 de junho do ano seguinte.

2. O pagamento da ajuda está sujeito ao limite orçamental fixado pela Direção Regional com competência na matéria, e divulgado na área pública do sítio da Internet do POSEI, em <http://posei.azores.gov.pt>.

3. Este limite pode ser alterado de acordo com os procedimentos previstos no artigo 40.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 180/2014, da Comissão de 20 de fevereiro de 2014.

4. Após a aplicação do previsto no número 2 se o montante correspondente ao número total de pedidos exceder o montante disponível, tal facto dá origem a uma redução proporcional aplicável a todos os beneficiários.

Artigo 12.º

Direito subsidiário

Em tudo o que não se encontra especificamente regulado nesta portaria aplicam-se, subsidiariamente, as disposições comunitárias, nacionais e regionais aplicáveis.

Artigo 13.º

Revogação

É revogada a Portaria n.º 36/2019, de 22 de maio.

Artigo 14.º

Aplicação no tempo e produção de efeitos

Aos pedidos de ajuda à armazenagem privada de queijo, com início de colocação antes da entrada em vigor da presente portaria, aplica-se o disposto na Portaria n.º 36/2019, de 22 de maio.

Artigo 15.º

Entrada em vigor

Sem prejuízo do disposto nos artigos anteriores a presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Secretaria Regional da Agricultura e Florestas.

Assinada a 23 de janeiro de 2020.

O Secretário Regional da Agricultura e Florestas, *João António Ferreira Ponte*.